



RESUMO E TRADUÇÃO: UM OLHAR DISCURSIVO A PROPÓSITO DA LEITURA¹

Ingrid Gonçalves Caseira²

Para começar

Sob os postulados teóricos da Análise do Discurso francesa (AD), este trabalho se propõe a um estudo discursivo do resumo produzido em provas de proficiência em espanhol como língua estrangeira (E/LE). Partimos do princípio de que o resumo mobiliza, entre outras habilidades, a de leitura, pensada aqui em todas as suas implicações. Ou seja, consideramos a leitura como um processo que envolve não apenas o texto a ser lido/decodificado pelo leitor, como se coubesse a este a pura identificação e repetição dos sentidos, mas a entendemos como, nos termos de Orlandi (2008a), uma questão de natureza, de condições, de produção de sentidos, ou seja, de historicidade.

A leitura, em nossa perspectiva, proporciona a inscrição do sujeito em redes de significantes e a interpretação é função da história em sua relação com o sujeito. Portanto, se consideramos, junto à Orlandi (2008b), que “frente a não importa que objeto simbólico, o sujeito não pode não significar/fazer significar” (p.22) e se entendemos que, diante de um texto a ser resumido, o sujeito passa inevitavelmente pelo processo da leitura, então entendemos também que a prática do resumo vai ser atravessada pelos efeitos que essa leitura produz. Sendo assim, consideramos o resumo como um *processo discursivo*, no qual está inserido o sujeito.

Sendo assim, nos afastamos da ideia de resumo como uma atividade mecânica de leitura, em que caberia ao leitor a decodificação e extração de informações e, ainda, sua mera síntese e reprodução. Para nós, o sujeito-leitor também está imerso no processo de significação, de produção de sentidos, e o resumo apresenta-se como a materialidade discursiva desse processo.

Por outro lado, é importante lembrar também que a leitura de que estamos falando aqui é a leitura feita a partir de um texto em língua estrangeira. O leitor, candidato à proficiência, neste caso, necessita ler o texto que lhe é dado em língua estrangeira, compreendê-lo e, a partir dessa leitura, produzir seu resumo. Há, portanto, um outro processo de leitura e escrita envolvido aí: a tradução, ainda que esta não se apresente materializada, ou seja, ainda que não deixe marcas explícitas de seu processo.

Em nossa perspectiva, a tradução, assim como o resumo, é uma atividade do sujeito, E, portanto, ela também é atravessada pelas condições de produção da leitura. De acordo com Mittmann (2003), “o tradutor não decodifica informações, mas produz sentidos.” (p.57).

Perguntamos, então: como se dá a relação resumo/tradução, neste caso? Ao resumir, o sujeito-leitor traduz? E, ao resumir, todos os leitores o fazem da mesma forma? O que muda? O que se repete?

¹ Este artigo é um recorte de um trabalho maior, que se constitui em minha dissertação de Mestrado, ainda em fase de elaboração. Portanto, as reflexões aqui realizadas encontram-se ainda em processo de elaboração.

² Mestranda em Teorias do Texto e do Discurso da UFRGS.



É a partir dessas questões que este trabalho tem seu ponto de partida.

Algumas considerações teóricas

Começamos nossas considerações citando mais uma vez Orlandi (1987), para quem “a leitura é o momento crítico da constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, aquele em que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao se constituírem como tais, desencadeiam o processo de significação do texto” (p.186).

Neste sentido, podemos dizer que tanto o autor que produz o texto, como o leitor que o lê estão inseridos no processo de produção dos sentidos, pois o leitor é também um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma Formação Discursiva³. Ele vai ocupar uma posição frente àquela ocupada pelo sujeito-autor, com ela identificando-se ou não. Conforme destaca Indursky (2001), essas duas posições-sujeito⁴ “estabelecem entre si um processo de interlocução” (p.34), cabendo à função-leitor concordar ou discordar, discutir e criticar a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor.

Nesse processo de interlocução, ressalta a autora, entram em jogo não somente as posições ocupadas pelo sujeito-autor e pelo sujeito-leitor, mas também funcionam aí outras vozes, vozes provenientes de outros textos, outros discursos, outras formações discursivas, ou seja, do interdiscurso⁵. Assim, de acordo com Indursky, “a interlocução estabelecida pela prática discursiva de leitura lança o leitor em uma interdiscursividade insuspeitada” (p35) e, lembra ainda a autora, “o interdiscurso se atravessa e se presentifica na materialidade textual sob a modalidade de uma presença ausente” (p.36). Ausente porque invisível, opaca aos olhos do leitor, mas, ainda assim, presente. Vai depender, portanto, da história de leitura de cada sujeito-leitor, das condições de produção de sua leitura, de reconhecer ou não essa discursividade.

Orlandi (2008b), ao refletir também sobre a produção da leitura, vai dizer que o sujeito-leitor se constitui na relação com a linguagem, enquanto intérprete, em função da textualidade à qual se submete. Para tecer tal afirmação, a autora lembra R. Barthes, quando o autor menciona o fato de que a leitura implica uma inclinação do olhar, uma disciplina. Assim, de acordo com Barthes, o olhar inclina-se sobre o texto e, diante dele, o olhar “bate” em pontos diversos, porém, devido a sua inclinação, há uma disciplina que faz com que o olhar dirija-se a esse e não aquele ponto. Isso, segundo Orlandi, acontece face à resistência material do texto à qual o sujeito se submete.

O texto traz em sua materialidade, portanto, os gestos de interpretação de quem o produziu, e a leitura vai mobilizar outros gestos, outros olhares, que serão aqueles produzidos pelo sujeito-leitor.

³ Segundo Pêcheux (2009), a Formação Discursiva é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, *determina o que pode e deve ser dito.*” (p.147)

⁴ Forma como o sujeito se relaciona com a forma-sujeito de uma dada Formação Discursiva.

⁵ Segundo Pêcheux (2009), “esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (p.149)



Sendo assim, vale perguntar mais uma vez: como isso acontece no resumo? O sujeito-leitor vai rastrear/escanear os pontos-chave do texto e reproduzi-lo de forma a manter a “objetividade” e a “parcialidade” necessárias para manter-se “fiel” às ideias apresentadas pelo autor? Ou ele vai, conforme diz Orlandi, submeter-se de fato à textualidade e vai produzir outros sentidos, outros dizeres?

Antes de ver como isso acontece, vejamos brevemente como o resumo é entendido desde uma abordagem mais tradicional de texto e, portanto, de leitura.

O resumo em uma perspectiva tradicional

De acordo com Platão e Fiorin (2003), o resumo é:

“... uma condensação **fiel**⁶ das idéias ou dos fatos contidos no texto. Resumir um texto significa reduzi-lo ao seu **esqueleto essencial** sem perder de vista três elementos: a) **cada uma das partes** essenciais do texto; b) a **progressão** em que elas se sucedem; c) a **correlação** que o texto estabelece entre cada uma dessas partes.” (p.420)

De acordo com o que foi exposto, podemos dizer que, para os autores, resumir consiste em uma atividade de reprodução e sintetização das ideias principais contidas no texto, sem qualquer intervenção do sujeito. Ou seja, o sujeito, para quem é dada a tarefa de resumir, deve ser “fiel” às ideias e fatos presentes no texto, reduzindo-o ao seu “esqueleto essencial”. Isto é, deve ser capaz de identificar suas ideias principais e mantê-las no texto que (re)produz.

Ainda, destacam os autores, é preciso ter em conta três elementos principais no momento de elaborar o resumo: é preciso considerar as partes essenciais do texto, a progressão em que aparecem, assim como a correlação entre cada uma delas. O texto, neste sentido, é visto como uma unidade fechada, em que as partes se conjugam para formar o todo. Sua progressão é linear e se dá a partir da relação entre as partes. A correlação estabelecida entre elas é estruturada pelo autor e “visível” aos olhos do leitor, cabendo a este, portanto, sua identificação e sintetização.

A leitura, neste caso, pode ser entendida como decodificação e identificação de informações específicas que devem ser retomadas pelo leitor no momento de resumir.

Esta concepção de resumo, e, portanto, de texto e de leitura, afasta-se do modo como Orlandi havia pensado a produção da leitura e, também, das considerações feitas de Barthes, quando o autor falava em inclinação do olhar sobre o texto, entendendo a leitura como uma disciplina que faz com que o olhar dirija-se a este e não àquele ponto. Na visão tradicional, o leitor não pode ter seu olhar voltado para pontos de identificação subjetiva – diríamos ideológica –, ele deve ser capaz de reproduzir todas as ideias importantes do texto, excluindo aquelas que não o são.

Por fim, segundo Platão e Fiorin, “o resumo deve exprimir, em estilo objetivo, os elementos essenciais do texto. Por isso, não cabem, num resumo, comentários ou julgamentos ao que está

⁶ Grifos nossos



sendo condensado” (p.420). Os autores acrescentam ainda que uma segunda leitura é sempre necessária e que, se preciso for, é importante recorrer ao dicionário.

Mais uma vez, vemos a total exclusão do sujeito e também a ideia de que há uma correspondência exata entre a palavra e o sentido que ela produz, já que o dicionário pode ser utilizado para melhor compreensão do texto a ser resumido. Entendendo o significado das palavras, o leitor tem grande probabilidade de realizar uma boa leitura e, portanto, um bom resumo.

Feitas estas considerações, vejamos como se dá o funcionamento do resumo na prática.

Um pouco de análise

Conforme já tivemos oportunidade de afirmar, os resumos que constituem nosso *corpus* discursivo foram produzidos em uma prova de proficiência em espanhol como língua estrangeira. Essas provas, como sabemos, são uma das condições necessárias para o ingresso a cursos de Mestrado e Doutorado em nossas universidades e buscam avaliar a capacidade de leitura do candidato em uma determinada língua estrangeira. Portanto, estes textos chegaram até nós como o resultado final de uma avaliação já concluída.

Nosso interesse, aqui, é o de buscar compreender como se dá o processo de produção de sentidos desses textos, o como eles significam. Ou seja, não nos interessa avaliar a qualidade do resumo quanto às exigências que, enquanto modelo textual, o definiram como um bom ou mau resumo em relação ao texto que lhe serviu de base (TB). Nosso objetivo, antes, é analisá-lo enquanto processo, ou seja, é buscar compreender os movimentos dos sentidos, que materializam os gestos de leitura e escrita dos sujeitos que produzem estes textos.

Nossa análise tem como referência o texto⁷ que, na prova, foi usado como estímulo para a produção do resumo e ao qual denominamos metodologicamente de TB. Deste texto, destacamos uma sequência discursiva, que, julgamos, seja suficiente, neste momento, para revelar a posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor.

O TEXTO-BASE

SD: TB: “El ejercicio de la libertad negativa involucra el derecho a la indecisión. En cambio, el ejercicio de la libertad positiva involucra el deber de tomar decisiones. ¿Cómo se compaginan este derecho y esta obligación? Ah! No me pidan que tome una decisión sobre esta cuestión, porque por el momento no tengo ganas ni me alcanza el conocimiento. Ella podría ser motivo de un segundo cursillo. Nótese que digo “podría ser”, no “será”. Quiero conservar mi libertad de no tomar decisiones.”

Conforme podemos notar nesta SD, o sujeito-autor de TB traz para seu discurso dois saberes antagônicos, pertencentes a Formações Discursivas diferentes. O primeiro, considerado aqui como representativo da posição-sujeito 1, se refere ao direito à indecisão; o segundo, considerado como representativo da posição-sujeito 2, relacionado ao dever de tomar decisões. O sujeito-autor, embora apresente vantagens e desvantagens entre essas duas situações – ser indeciso e conservar a

⁷ Elogio de la indecisión, de Mario Bunge.



liberdade de escolha e/ou não-escolha e ser decidido e andar de acordo com o que a sociedade exige/espera –, acaba assumindo, no final de seu texto, uma posição-sujeito de identificação com a posição-sujeito 1 .

Ao colocar a questão sobre como se combinam este direito e esta obrigação, prefere não responder e conservar sua liberdade de não tomar decisões. Desta forma, embora o sujeito-autor não defenda enfaticamente a indecisão, ele se mostra favorável ao direito de ser indeciso. Ele se identifica com uma posição-sujeito que admite a indecisão, portanto.

Feitas estas considerações, apresentamos, a seguir, as sequências discursivas⁸ extraídas da prova que estamos analisando e que representam o que estamos considerando aqui como funcionamento discursivo do resumo enquanto processo discursivo atravessado pelas práticas de leitura e tradução.

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO RESUMO

Recorte discursivo: Contra a indecisão

SD1: “Não podemos deixar de perceber que todos têm uma liberdade e com isso podem se abster, porém essa abstenção gera uma atitude que vai contra os direitos e deveres que lutamos até hoje para real concretização.”

SD2: “Ter liberdade é poder decidir, porém, abster-se de decidir mostra-se como uma fuga, uma despreocupação, um desinteresse para com a própria vida! O autor, por fim, defende que decidir e não decidir possui conseqüências. A grande diferença é que as conseqüências daquilo que foi escolhido são dignas de ganhar o status de opinião própria.”

As duas sequências discursivas que constituem este recorte revelam movimentos de leitura diferentes daquele produzido pelo sujeito-autor de TB. Em ambas SDs, os sujeitos-leitores retomam elementos presentes em TB, mas se contrapõem a estes saberes.

Na SD1, temos uma posição-sujeito que não nega o fato de que todos têm liberdade, inclusive para abster-se de tomar decisões. Mas, através do enunciado dividido, marcado pelo uso da conjunção adversativa *porém*, assume uma posição-sujeito contrária a este saber, dizendo que abster-se de tomar uma decisão *vai contra os direitos e deveres que lutamos até hoje para real concretização*. É interessante notar ainda que, na primeira parte de seu enunciado, o sujeito-leitor fala que todos têm liberdade e por isso podem abster-se. Ao dizer isso, o faz através da marca de terceira pessoa, colocando-se à parte desse grupo, fora dele; em um segundo momento, quando se refere à luta que foi trava pelo direito à decisão, identifica-se com esse saber e se inclui, através da desinência verbal correspondente a primeira pessoa do plural – *nós*.

Ao produzir seu discurso – ilusoriamente o resumo de TB – o sujeito-leitor retoma, de certa forma, saberes presentes no discurso do sujeito-autor – já que, em determinado momento do texto, ele se refere à questão do voto e da obrigatoriedade do voto informado – mas, ao fazer isso, também

⁸ Segundo Courtine (1981) as sequências discursivas podem ser entendidas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase” (p.25)



traz elementos da memória discursiva⁹ e diz que, se lutamos para ter o direito à decisão – o que equivale a dizer para a construção de uma sociedade democrática – abster-se de decidir vai contra essa luta. E, desta forma, assume uma posição contrária à indecisão, diferentemente da posição-sujeito assumida pelo sujeito-autor de TB.

Já na SD2, o sujeito-leitor também retoma a questão da liberdade, mas a define como *poder decidir*. Esta posição-sujeito sequer admite definir a liberdade como possibilidade de não decidir. Também por meio do enunciado dividido, marcado pela conjunção adversativa *porém*, o sujeito-leitor assume uma posição-sujeito diferente da assumida pelo sujeito-autor de TB e, assim, traz elementos do interdiscurso que se atravessam em sua leitura, permitindo dizer que abster-se de decidir é *uma fuga, uma despreocupação e um desinteresse para com a própria vida!* Ao usar o recurso da pontuação, a exclamação, o sujeito-leitor enfatiza ainda mais sua posição e mostra-se indignado com aqueles que se abstêm de tomar decisões. Assume, mais uma vez, uma posição-sujeito contrária aos indecisos, ao dizer que *as conseqüências daquilo que foi escolhido são dignas de ganhar o status de opinião própria*. Isto é, quem opta por não escolher, não é digno de ser considerado como alguém que tem opinião. Não é esta a posição-sujeito do sujeito-autor de TB.

Palavras finais

Conforme havíamos mencionado no começo deste artigo, em nota de rodapé, todas as reflexões aqui realizadas estão ainda em construção, pois este trabalho constitui-se em um recorte de um trabalho maior que está ainda em fase de elaboração. Não há respostas definitivas, portanto, nem acreditamos que isso seja possível, mas pensamos que há algumas hipóteses que puderam ser confirmadas – outras nem tanto – na breve análise que realizamos.

Antes de qualquer coisa, é preciso dizer que não encontramos relações diretas entre resumo e tradução, neste corpus. Os sujeitos-leitores aqui não apresentaram nenhum movimento que fosse significativo nesse sentido. Porém, é preciso considerar que, quando um texto é resumido para uma segunda língua, essas duas práticas discursivas são indissociáveis. Neste caso, a tradução, não teve influência direta na escrita e no processo de significação desses textos, como achávamos que teria, mas não ignoramos seu funcionamento.

Por outro lado, outras hipóteses foram comprovadas e, na tentativa de criar um efeito de conclusão para elas, gostaríamos de afirmar nossa posição de que o resumo, quando visto não a partir de seu modelo ideal, mas através de uma análise detida dos processos que o compõem, pode ser encarado como um processo discursivo, já que, por estar intimamente relacionado com a leitura, não deixa de ser atravessado pelos efeitos que essa leitura produz. Diríamos mais: por ser um trabalho do sujeito, o resumo não pode ser desvinculado da ideia de produção e transformação dos sentidos.

⁹ A memória discursiva, segundo Pêcheux (2007), “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.” (p.52)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COURTINE, Jean Jacques. Analyse du discours politique. *Langages*. Paris, Larousse, v.62, p. 0-128, 1981.

FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2003.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNEST-PEREIRA, A., FUNK, S. B. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: Análise e Reflexão sob uma Perspectiva Discursiva*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu Funcionamento; as formas do discurso*. 2ª ed. Rev. aum. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo. Cortez, 2008. (a)

_____. *Discurso e Texto*. Campinas, SP: Pontes, 2008. (b)

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Papel da memória. In: ACHARD et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 2007.